

→ continuação

limites ou controles de negociação, tais eventos são inseridos em um sistema global com as características do excesso, explicação dada pela área de Risco de Mercado e plano de ação para regularização do excesso. A partir disso, é gerado um fluxo de aprovação envolvendo as principais áreas pertinentes ao processo. Todos os excessos também são reportados no Comitê de Gestão de Riscos (RMC). • O Banco utiliza sistemas globais para a gestão de riscos de mercado e sistema de fornecedor local para fins regulatórios no país. Dentre os controles de monitoramento de riscos de mercado adotados pelo Banco, destacamos as seguintes métricas: *Value at Risk (VaR)*, *Stress Test*, *Análise de Sensibilidade (DV01)* e controle de exposição máxima para moedas e mercadorias. **Crterios de avaliação e mensuração:** A avaliação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos itens objeto de *hedge* é efetuada de duas formas básicas: • Quando os preços dos referidos instrumentos são diretamente observáveis em fontes independentes, efetua-se o ajuste ao valor justo utilizando tais fontes; e • Quando os preços não são diretamente observáveis, mas derivados de fontes independentes, utiliza-se o método de desconto de fluxos de caixa futuros ao valor presente através da utilização de curvas de taxas de juros construídas a partir de metodologias amplamente aceitas pelo mercado e baseadas, majoritariamente, em preços de fechamento divulgados pela B3. Por fim, o Banco também considera em seu processo de apuração a diferença entre o valor líquido provável de realização e o valor médio das operações observadas no mercado, bem como os componentes de riscos de crédito implícitos em tais tipos de instrumentos financeiros. Os instrumentos financeiros derivativos com reflexo em contas ativas e passivas são assim demonstrados:

Instrumentos financeiros derivativos - ativo	
Contratos de câmbio - compra e venda	268.808
Swap - diferencial a receber	674.501
Swap com opção de arrependimento	63.471
Opções - prêmios pagos	277.315
Termo NDF - diferencial a receber	764.082
	2.048.177

Instrumentos financeiros derivativos - passivo	
Contratos de câmbio - compra e venda	(86.037)
Swap - diferencial a pagar	(147.499)
Opções - prêmios recebidos	(325.615)
Termo NDF - diferencial a pagar	(783.303)
	(1.342.454)

I) A carteira de contratos de câmbio - compra e venda é assim sumariada:				
	Valor de referência	Ativo	Passivo	Posição líquida
I) Indexador:				
Moeda estrangeira	137.650	268.808	(86.037)	182.771
Balcão	137.650	268.808	(86.037)	182.771
II) Local de negociação:				
Balcão	137.650	268.808	(86.037)	182.771
III) Vencimento:				
Até 90 dias	47.108	11.174	(4.262)	6.748
De 91 a 365 dias	51.375	87.634	(44.636)	42.998
Acima de 365 dias	39.167	170.000	(36.975)	133.025
	137.650	268.808	(86.037)	182.771

II) A carteira de swap é assim sumariada:				
	Valor de referência	Ativo	Passivo	Posição líquida
I) Indexador:				
CDI x Dólar	5.290.334	354.521	(62.278)	292.243
CDI x Euro	1.253.474	22.346	(15.340)	7.006
CDI x Outros	582.051	71.727	(4.648)	67.079
CDI x Prê	1.099.695	25.076	(1.873)	23.133
Dólar x CDI	116.640	77.190	—	77.190
Dólar x Outros	2.821.608	20.282	(836)	19.446
Dólar x Prê	423.607	64.694	(26.284)	38.410
Outros x CDI	496.100	36.083	—	36.083
Outros x Dólar	2.903.847	892	(22.893)	(22.001)
Prê x CDI	250.000	—	(13.256)	(13.256)
Prê x Dólar	12.849	383	(91)	292
Prê x IPCA	304.000	1.377	—	1.377
	16.354.195	674.501	(147.499)	527.002

II) Local de negociação:				
Balcão	16.354.195	674.501	(147.499)	527.002
	16.354.195	674.501	(147.499)	527.002
III) Vencimento:				
Até 90 dias	447.144	43.186	(25.958)	17.228
De 91 a 365 dias	1.754.391	119.129	(22.525)	96.604
Acima de 365 dias	14.152.660	512.186	(99.016)	413.170
	16.354.195	674.501	(147.499)	527.002

III) A carteira de swap com opção de arrependimento é assim sumariada:				
	Valor de referência	Ativo	Passivo	Posição líquida
I) Tipo:				
Compra de opção - dólar	1.502.330	63.471	—	63.471
	1.502.330	63.471	—	63.471
II) Local de negociação:				
Balcão	1.502.330	63.471	—	63.471
	1.502.330	63.471	—	63.471
III) Vencimento:				
Até 90 dias	213.951	16.864	—	16.864
De 91 a 365 dias	1.069.978	36.031	—	36.031
Acima de 365 dias	218.401	10.576	—	10.576
	1.502.330	63.471	—	63.471

IV) A carteira de opções de moeda e commodities é assim sumariada:				
	Valor financeiro do contrato	Valor de custo	Ativo	Passivo
I) Tipo:				
a) Opções flexíveis de moeda:				
Compra de opções de compra	2.205.437	—	64.887	—
Compra de opções de venda	531.415	—	8.563	—
Venda de opções de compra	301.563	—	—	(27.591)
Venda de opções de venda	1.772.559	—	—	(104.145)
b) Opções flexíveis de commodities:				
Compra de opções de compra	427.085	176.370	62.265	—
Compra de opções de venda	381.669	83.228	65.474	—
Venda de opções de compra	427.085	(124.874)	—	(62.265)
Venda de opções de venda	381.669	(157.170)	—	(65.474)
c) Opções padronizadas:				
Compra de opções de compra	109.500	1.843	2.224	—
Compra de opções de venda	961.000	40.387	73.902	—
Venda de opções de compra	1.697.050	(85.236)	—	(25.937)
Venda de opções de venda	1.190.000	(30.348)	—	(40.203)
	10.386.032	(95.800)	277.315	(325.615)

II) Local de negociação:				
a) Opções flexíveis:				
Balcão	6.428.482	(22.446)	201.189	(259.475)
b) Opções padronizadas:				
Bolsa	3.957.550	(73.354)	76.126	(66.140)
	10.386.032	(95.800)	277.315	(325.615)
III) Vencimento:				
a) Opções flexíveis:				
Até 90 dias	2.165.107	2.151	23.887	(49.649)
De 91 a 365 dias	2.589.551	(20.662)	111.377	(137.178)
Acima de 365 dias	1.673.824	(9.395)	65.925	(72.648)
b) Opções padronizadas:				
Até 90 dias	829.500	(11.897)	2.224	(18.564)
De 91 a 365 dias	2.096.050	(38.378)	46.490	(22.321)
Acima de 365 dias	1.032.000	(27.412)	27.412	(25.255)
	10.386.032	(95.800)	277.315	(325.615)

e) Valor contábil bruto por estágios - movimentação:				
	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2 do Estágio 3
Pessoa Física	21.819.471	(7.635.407)	(531.050)	1.085.641
Pessoa Jurídica	14.927.182	(959.589)	—	379.128
Total	36.746.653	(8.594.996)	(531.050)	1.464.769
	36.746.653	(8.594.996)	(531.050)	1.464.769
Estágio 2				
Pessoa Física	3.280.405	(1.085.641)	(401.086)	7.635.407
Pessoa Jurídica	1.130.076	(379.128)	—	959.589
Total	4.410.481	(1.464.769)	(401.086)	8.594.996
	4.410.481	(1.464.769)	(401.086)	8.594.996
Estágio 3				
Pessoa Física	2.312.160	(34.227)	(29.818)	531.050
Pessoa Jurídica	357.065	—	—	401.086
Total	2.669.225	(34.227)	(29.818)	531.050
	2.669.225	(34.227)	(29.818)	531.050

f) Valor da provisão por estágios - movimentação ⁽¹⁾ :				
	Saldo em 01/01/2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Transferência do Estágio 2 do Estágio 3
Pessoa Física	100.776	96.163	71.221	(7.157)
Pessoa Jurídica	16.076	(16.076)	—	(2.234)
Total	(127.147)	112.229	71.221	(9.391)
	(127.147)	112.229	71.221	(9.391)
Estágio 2				
Pessoa Física	(40.041)	7.157	67.979	(96.163)
Pessoa Jurídica	(6.168)	2.234	—	(16.076)
Total	(46.209)	9.391	67.979	(112.229)
	(46.209)	9.391	67.979	(112.229)
Estágio 3				
Pessoa Física	(309.416)	64	262	(71.221)
Pessoa Jurídica	(71.387)	—	—	—
Total	(380.803)	64	262	(71.221)
	(380.803)	64	262	(71.221)

⁽¹⁾ Inclui Garantias prestadas e limites de créditos no montante de R\$ 2.943.

g) Movimentação da provisão para perdas com instrumentos financeiros:				
Movimentação perdas com instrumentos financeiros ⁽¹⁾				
Saldo inicial em dezembro de 2024				(1.448.910)
Impacto da adoção da Resolução CMN nº 4966/2021				(883.664)
Saldo inicial em 01/01/2025				(565.246)
Provisão				(293.399)
Baixas para prejuízo				1.870
Saldo final				(856.775)

Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito	(825.053)
Títulos e valores mobiliários	(19.032)
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(10.197)
Limites de crédito e garantias prestadas	(2.493)
Recuperação de créditos baixados para prejuízo	20.707
Renegociação e reestruturação de operações ⁽²⁾	5.142.767

⁽¹⁾ Inclui provisão para perdas com aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários e limites de crédito; e ⁽²⁾ No caso de reestruturação de ativos financeiros, o valor contábil bruto do instrumento deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada e no caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

V) A carteira de contratos a termo de moeda e commodities sem entrega física - NDF negociada na B3 é assim sumariada:

	Valor de referência	Ativo	Passivo	Posição líquida
I) Tipo:				
a) Moedas:				
Compra	12.384.365	97.521	(165.924)	(68.403)
Venda	6.315.128	120.510	(46.817)	73.693
b) Commodities:				
Compra	8.017.969	148.087	(430.594)	(282.507)
Venda	7.709.532	397.964	(139.968)	257.966
	34.426.994	764.082	(783.303)	(19.221)
II) Local de negociação:				
Balcão	34.426.994	764.082	(783.303)	(19.221)
	34.426.994	764.082	(783.303)	(19.221)
III) Vencimento:				
Até 90 dias	14.608.986	267.998	(262.623)	5.375
De 91 a 365 dias	13.937.906	390.570	(411.672)	(21.102)
Acima de 365 dias	5.880.102	105.514	(109.008)	(3.494)
	34.426.994	764.082	(783.303)	(19.221)

VI) A carteira de contratos de futuros - B3 (valores de referência) é assim sumariada:

	Posição comprada	Posição vendida
I) Tipo:		
Futuro - DI (índice)	6.375.497	5.850.914
Futuro - DDI (cupom cambial)	11.583.930	15.619.076
Futuro - DOL (moeda)	381.049	3.429.332
Futuro - Inflação	245.801	—
Futuro - COMMODITIES	60.438	224.040
	18.646.715	25.123.362
II) Vencimento:		
Até 90 dias	4.677.315	12.352.732
De 91 a 365 dias	3.212.108	7.323.600
Acima de 365 dias	10.757.292	5.447.030
	18.646.715	25.123.362

VII) O Banco, para proteger parte das operações classificadas na rubrica "Aplicações interfinanceiras de liquidez" relativo as operações de Certificado de depósitos interfinanceiros contratou instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros DI) e parte das aplicações classificadas na rubrica "Recursos de aceites e emissão de títulos" relativo a operações de Dívidas subordinadas em USD, contratou instrumentos financeiros derivativos (contratos futuros DDI), ambos destinados a cobertura de *hedge* de risco de mercado avaliados nos termos da Circular BCB nº 3.082/2002, sendo assim sumariados:

Certificado de depósitos interfinanceiros	
Ítem objeto de <i>hedge</i>	
Valor atualizado pelas condições pactuadas	1.492.626
Valor justo	1.494.797
Valor do ajuste ao valor justo na rubrica "Aplicações interfinanceiras de liquidez"	2.171
Valor do ajuste ao valor justo no resultado na rubrica "Operações com títulos e valores mobiliários"	2.217

Instrumentos de <i>hedge</i>	
Valor justo	1.449.472
Dívidas Subordinadas	
Valor atualizado pelas condições pactuadas	1.853.048
Valor justo	1.798.707
Valor do ajuste ao valor justo na rubrica "Recursos de aceites e emissão de títulos"	(54.341)
Valor do ajuste ao valor justo no resultado na rubrica "Operações de captação no mercado"	(46.938)

Instrumentos de <i>hedge</i>	
Valor justo	1.798.707
As operações de <i>hedge</i> citadas foram avaliadas como efetivas, de acordo com o estabelecido na Circular BCB nº 3.082/2002. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as operações com instrumentos financeiros derivativos resultaram em receitas de R\$ 41.060.311 e despesas de R\$ (40.653.432), registrados diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Resultado com instrumentos financeiros derivativos".	
9. Operações de crédito e outros créditos com característica de concessão de crédito:	
Os instrumentos financeiros relativos as Operações de crédito, outros créditos com característica de concessão de crédito e Outros créditos estão compostos da seguinte forma:	
a) Perfil por tipo de operação:	
	2025

Empréstimos	368.151
Financiamentos	25.587.865
Financiamentos rurais	2.849.661
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	5.159.405
Outros créditos com característica de concessão de crédito ⁽¹⁾	4.862.108
Outros créditos ⁽²⁾	573.979
	39.401.169

⁽¹⁾ Representado por títulos de renda fixa: Cédula de Produtor Rural (CPR), Debêntures, Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Nota comercial; e ⁽²⁾ Representado por operações de Compra de Recebíveis e outros créditos. Os títulos privados são atualizados pela respectiva taxa e/ou indexador vinculado e são ajustados pelo valor justo com base no preço médio no dia da apuração ou descontados a valor presente considerando o spread de crédito, quando não disponível. Os títulos privados de renda fixa são registrados junto à B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3). b) Por categorias:

Categoria		2025
Custo amortizado		
Empréstimos		368.151
Financiamentos		25.587.865
Financiamentos rurais		2.849.661
Adiantamentos sobre contratos de câmbio		5.159.405
Cédula de produtor rural		3.437.001
Debêntures		327.392
Certificado de recebíveis do agronegócio		46.547
Outros		573.979
		38.350.001

Valor justo por meio do resultado	
Cédula de produtor rural	1.051.168
	1.051.168
c) As operações de crédito apresentam as seguintes atividades econômicas:	
Atividade econômica	2025

Soja	21.155.196
Algodão	3.962.418
Carne Bovina	2.597.849
Café	2.109.183
Açúcar	2.001.436
Laranja	1.481.973
Metais e Mineração	927.596
Batata	910.188

BANCO RABOBANK INTERNATIONAL BRASIL S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2025, exceto quando informado (Em milhares de Reais)

migrações para o estágio 3. Com a finalidade de apresentar a sensibilidade da nossa carteira, foi realizado um exercício onde aplicamos um choque adverso, representado por migração de exposição de crédito por estágio. As taxas de migração foram definidas através de julgamento de especialistas e consideram a classificação do setor de grãos e oleaginosas como vulnerável e consequente migração de alguns clientes para estágio 2, além de um percentual da carteira migrando para estágio 3. Esse exercício visa demonstrar a capacidade do Banco frente a um cenário de estresse. O teste de sensibilidade foi feito com base na carteira em dezembro de 2025, mostra um potencial de perda de crédito de 2,23% nos próximos 12 meses e num cenário mais severo pode chegar a 3,32%. **III) Risco de liquidez:** O risco de liquidez é definido como o risco de descasamento no fluxo de caixa do Banco, decorrente da dificuldade de se desfazer rapidamente de um ativo ou de se obter recursos, impossibilitando a liquidação de posições financeiras sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. O Banco apresentou no período um nível confortável de ativos de alta liquidez (*High Quality Liquidity Assets* - (HQLA)), que são utilizados para suportar o plano de negócio definido para o período, bem como absorver possíveis eventos adversos de saída de caixa não esperados. O processo de gerenciamento do risco de liquidez é realizado de maneira corporativa e centralizada, contemplando o acompanhamento da composição dos recursos disponíveis, o cumprimento do nível mínimo de liquidez, a geração e envio de demonstrativos de risco de liquidez para o Banco Central do Brasil (BACEN), bem como o plano de contingência para situações de estresse, monitoramento antecipado de indicadores de níveis de atenção de liquidez e testes de estresse sobre os principais produtos de captação, derivativos e operações de crédito do Banco. O Banco também conta com outros indicadores de liquidez, como *LCR (Liquidity Coverage Ratio)*, avaliação de fluxo de caixa dos próximos 180 dias, *Runoff* da carteira e composição/evolução da carteira de derivativos e títulos públicos. Os controles (identificação, mensuração e monitoramento) de liquidez são realizados e reportados diariamente para as principais áreas do Banco e

estão formalizados na Política de Gestão do Risco de Liquidez, sob responsabilidade da Diretoria de Gerenciamento de Riscos, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.557/2017. **IV) Risco operacional:** O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição e exclui o risco reputacional ou de negócio. A estrutura de gerenciamento de risco operacional está formalizada na Política de Gestão de Risco Operacional. A área de Gestão de Risco Operacional também é responsável pelo acompanhamento dos controles internos da Instituição, em atendimento à Resolução CMN nº 4.968/2021. A Política de Riscos Operacionais estabelece as diretrizes, metodologias e procedimentos compatíveis com a natureza e a complexidade dos produtos, serviços, atividades, processos e sistemas da Instituição e é aplicada a todos os colaboradores do Banco. A estrutura prevê procedimentos para identificação, avaliação, monitoramento, controle e mitigação dos riscos operacionais, além de definir os papéis e responsabilidades de cada participante e apresentar um processo estruturado de comunicação. As atividades de gerenciamento de risco operacional estão sob responsabilidade da Diretoria de Gerenciamento de Riscos, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.557/2017. **V) Riscos Social, Ambiental e Climático:** O Rabobank reconhece a importância de integrar a gestão de riscos sociais, ambientais e climáticos em suas operações e, desde 2005, implementa a Política de Risco Social e Ambiental, ampliada em 2022 para incluir aspectos de risco climático, conforme a Resolução CMN nº 4.945/2021 (PR SAC). Nossa Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática visa garantir a sustentabilidade e a resiliência das atividades financeiras, promovendo práticas sustentáveis e mitigando impactos adversos. Esta política é aplicável a todos os clientes no Brasil que realizam empréstimos ou utilizam outros serviços do ban-

co, bem como aos fornecedores de produtos e serviços e à comunidade interna da organização. O documento estabelece critérios de exclusão para aspectos sociais, ambientais e climáticos considerados não admissíveis, que ultrapassam o limite de aceitação de risco da instituição. Para assegurar a aplicação da política, o Rabobank conta com um departamento dedicado à Sustentabilidade, que colabora com as linhas de negócio, áreas de risco e auditoria para cumprir os procedimentos estabelecidos nas Políticas de Crédito, Políticas de Garantias, Manual de Gestão de Risco Socioambiental e outros documentos. Dessa forma, clientes e fornecedores do banco são periodicamente avaliados para identificar possíveis não conformidades com as políticas do banco (Políticas Globais de Sustentabilidade e PR SAC), assegurando as diligências necessárias para a redução dos riscos sociais, ambientais e climáticos. **VI) Gerenciamento de capital:** O processo de gerenciamento de capital tem como objetivo dar o suporte necessário para o Banco atingir os seus objetivos estratégicos, considerando o ambiente econômico e as características específicas de seus produtos e dos mercados nos quais atua. Em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Banco elabora periodicamente orçamentos de capital com base nas informações e estimativas que tem disponível. Adicionalmente, acompanha a adequação do seu Patrimônio de Referência Exigido (PRE) em relação ao Patrimônio de Referência (PR) numa base diária, provendo dessa forma a informação de risco necessária para que a Instituição possa conduzir seus negócios de maneira adequada enquanto gerencia os riscos existentes. Além disso, de forma recorrente faz análises prospectivas, considerando cenários diversos. Na elaboração e manutenção do Plano de Capital também são consideradas ameaças e oportunidades, metas de crescimento e cenários de estresse, para os quais existe um Plano de Contingência de Capital devidamente estabelecido, onde são avaliados itens fundamentais que possam impactar a estratégia definida pelo banco, como forte volatilidade no mercado financeiro (taxa de câmbio, juros, bolsa, risco país, etc), alterações não esperadas no nível de provisionamento ou alteração de perfil de risco dos ativos. **a) Composição do Capital:** O Ban-

co apura seus limites de patrimônio mínimo dentro dos parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.955/2021 e nº 4.958/2021 e normativos complementares.

i. Índice de Basileia:

	2025
Capital principal	5.154.599
Patrimônio de referência Nível I	7.007.647
Patrimônio de referência	7.007.647
RWA - Risco de crédito	42.665.163
RWA - Risco de mercado	6.953.528
RWA - Risco operacional	2.894.615
Total - RWA	52.513.306
Índice de Basileia Capital principal	9,81%
Índice de Basileia Nível I	13,34%
Índice de Basileia Patrimônio de referência	13,34%

A margem positiva entre o patrimônio de referência efetivo e o patrimônio de referência exigido é de R\$ 1.085.055. A descrição da estrutura de gerenciamento de riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional e o gerenciamento de capital estão disponíveis no site www.rabobank.com.br. **28. Outras informações:** **a)** As garantias recebidas utilizadas para mitigação de crédito totalizam R\$ 129.073. **b)** O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus Empregados e Administradores, que assegura que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal em 31 de dezembro de 2025 foi no montante de R\$ 26.539. A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida.

Diretoria		Contador	
Fabiana Purri Ferreira Alves Leandro Falsarella de Carvalho Leonardo Vale Veras		João Antonio Lopes CRC 1SP213098/O-2	
Maikel van Zaanen Vivian Guimarães Pascoalino Carrara Mario Miguel da Silva Ferreira			

(*) Eleito na AGE de 01/04/2025, homologado pelo BACEN. (**) Registrado a saída do Diretor em 28/02/2025.

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

Introdução: O Comitê de Auditoria ("Comitê") estatutário do Banco Rabobank Internacional Brasil S.A. (Rabobank) foi instituído em 12/03/2013. Consoante o disposto em seu Regulamento, o Comitê deve zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras do Rabobank, bem como pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. Nos termos da Resolução nº 4.910/2021 do Conselho Monetário Nacional (CMN), a PricewaterhouseCoopers é atual auditoria independente contratada para o exame das demonstrações financeiras do Rabobank. A Auditoria Interna tem sua atuação voltada para temas que representam potencial de risco mais elevado e para a avaliação dos sistemas de controles internos e gerenciamentos de riscos, oferecendo ao Comitê, uma visão crítica da qualidade de processos e controles internos e o monitoramento de riscos. **Atividades do Comitê:** O Comitê se reuniu por 4(quatro) vezes em 2025 e 1(uma) vez em 2026, contando com a participação de diversas áreas internas incluindo Auditoria Interna, *Compliance* e Finanças, bem como os auditores independentes, conforme atas devidamente documentadas das referidas reuniões. Em 19 de março de 2026, foi realizada reunião em que foram analisadas e discutidas a qualidade das demonstrações

financeiras do segundo semestre e do exercício de 2025, com a participação dos auditores independentes supra mencionados. **Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos:** O Comitê avaliou aspectos relativos ao gerenciamento e controle de riscos na Instituição, com ênfase nos riscos de crédito, operacional, de liquidez e de mercado. O Comitê também acompanha, em contato com as áreas de Controladoria, Jurídico, *Compliance*, Crédito, *Treasury* e *Market Risk*, informações gerenciais e de operações do Rabobank, munido-se de informações necessárias ao cumprimento de suas obrigações. **Cumprimento de Legislação, Regulamentação e Normas Internas:** O Comitê de Auditoria considera que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão devidamente identificados e continuam sendo desenvolvidos de acordo com orientações corporativas e normas externas. Com base em informações recebidas das áreas responsáveis, nos trabalhos da Auditoria Interna e da Auditoria Externa, não foram apontadas falhas relevantes no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas que possam colocar em risco a solidez e a continuidade das atividades do Rabobank. **Auditoria Externa:** O Comitê mantém com os auditores externos um canal regular de comunicação para a

ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes, de maneira que permita fundamentarem sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras e relatórios financeiros. O Comitê avalia como plenamente satisfatório o volume e qualidade das informações fornecidas pela Auditoria Externa, as quais apoiam a sua opinião acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e independência da Auditoria Externa. **Auditoria Interna:** O Comitê acompanhou os trabalhos da Auditoria Interna, aprovando seu planejamento estratégico e tático, bem como revisando o resultado das auditorias realizadas durante o ano de 2025 e primeiro trimestre de 2026 e a implantação dos correspondentes planos de ação dentro de seus respectivos prazos. O Comitê avalia como positiva a abrangência e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, sendo certo que os resultados desses trabalhos, apresentados em sessões de trabalho do Comitê, não trouxeram ao conhecimento deste a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade das atividades do Rabobank. **Demonstrações Financeiras:** Para análise das demonstrações financeiras, o Comitê (I) reuniu-se com representantes da Administração e com os profissionais responsáveis pela contabilidade do

Rabobank, (ii) analisou os comentários dos auditores independentes, (iii) verificou os trabalhos da Auditoria Interna e (iv) discutiu aspectos relevantes que conduzem às suas conclusões a respeito da qualidade, confiabilidade e conformidade das demonstrações financeiras do Rabobank às normas vigentes. O Comitê analisou ainda os procedimentos que envolvem o processo de preparação dos balancetes e balanços, notas explicativas e relatórios financeiros publicados em conjunto com as demonstrações financeiras. Foram igualmente examinadas as práticas contábeis relevantes utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras, verificando-se que estão alinhadas às práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e instrumentos do Banco Central do Brasil e normativos da Comissão de Valores Mobiliários. **Conclusão:** Este Comitê, fundamentando seu juízo nas ações desenvolvidas e ponderadas suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, entendeu efetivos os trabalhos das auditorias externa e interna, bem como os controles internos da Instituição, recomendando a aprovação pela Diretoria das demonstrações financeiras do Rabobank para a data-base de 31 de dezembro de 2025.

Comitê de Auditoria
São Paulo, 19 de março de 2026

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Banco Rabobank International Brasil S.A.** **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Rabobank International Brasil S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA:** **Mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Notas 3 (e) (IV) e 9(f)) :** O Banco Rabobank International Brasil S.A. adotou em 1º de janeiro de 2025 a Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) em substituição à Resolução nº 2.682 do Conselho Monetário Nacional

que, entre outros aspectos, alterou os critérios contábeis para constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. A determinação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considerando os requerimentos da Resolução nº 4.966 do CMN, envolve um elevado nível de julgamento por parte da administração, que considera, dentre outros elementos, a existência de um ou mais eventos que impactam negativamente os fluxos de caixa futuros e, consequentemente, o valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos nos estágios previstos na Resolução nº 4.966 do CMN. Esse processo envolve o uso de várias premissas, que consideram fatores internos e externos. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito foi considerada como uma área de foco de auditoria, pois o uso de julgamento na mensuração do valor da provisão para perdas associadas ao risco de crédito poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos o entendimento dos processos adotados pela administração para reconhecimento e mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Nossos procedimentos consideraram, com o auxílio de nossos especialistas, o entendimento e testes sobre o processo de apuração e reconhecimento das perdas esperadas associadas ao risco de crédito contemplando, entre outros, (i) modelos, julgamentos e premissas adotadas pela administração; (ii) análise das políticas contábeis da administração em comparação com os requisitos da Resolução nº 4.966 do CMN; (iii) entendimento e testes, dos parâmetros de risco desenvolvidos para a mensuração da perda esperada associada ao risco de crédito; (iv) entendimento e testes da mensuração da provisão para perdas esperadas, considerando a base de dados, os modelos, as principais premissas e as regras adotadas pela administração; e (v) análise das divulgações requeridas e realizadas pela administração nas demonstrações financeiras. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a mensuração e registro contábil da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme divulgado nas demonstrações financeiras, são consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou

com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou

representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de março de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Washington Luiz Pereira Cavalcanti
Contador - CRC 1SP172940/O-6

